

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Aquisição de peças e serviços para o sistema de monitoramento de alarmes e contratação de empresa especializada no monitoramento de alarmes.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I
- descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Estes locais possuem sistemas de monitoramento de alarmes e câmeras instaladas, visando garantir a segurança do patrimônio público e também das pessoas que trabalham ou frequentam estes espaços. O Município tem a obrigação de garantir que o sistema de alarmes e o monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isso, necessitamos fazer o monitoramento do alarme e substituir componentes diversos deste sistema, o que requer o fornecimento de peças de substituição bem como mão de obra qualificada para realização dos serviços.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II -
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
A contratação está prevista no PCA 2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)
Para as peças e serviço de instalação:

Lote 001 e 002 (Peças e serviços de instalação de peças e componentes) serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

Para o lote 003 serviços de monitoramento:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe (CREA ou CFT);

- b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado (CREA ou CFT);

- c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação (somente para o responsável Técnico).

- d) apresentar o ato de outorga com a autorização da exploração do serviço limitado (documento emitido pela Anatel) para uso de rádio frequência em nome da proponente.

Como condição para assinatura do contrato:

- a) Comprovação de que a empresa possui vínculo com o profissional indicado como responsável técnico, na data de abertura desta licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

*Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante,

*Se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio,

*Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum.

9.33. b) apresentar alvará de funcionamento do estabelecimento dentro dos limites geográficos internos do município de Dois Vizinhos.

c) Declaração indicando os profissionais que farão os serviços de monitoramento, que contenha os dados pessoais.

d) Apresentar o(s) certificado(s) dos cursos de NR10 e NR35 para os profissionais indicados e suas respectivas comprovações de vínculo com a empresa.

e) Antecedentes criminais de colaboradores que irão prestar serviço para o município.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Para as peças e o serviço de instalação, os quantitativos estão definidos na tabela constante no Documento de Formalização de Demanda e estão baseados na licitação anterior do mesmo objeto, Pregão Eletrônico 0123/2023. Somente foram aumentados os números de câmeras de segurança visando ampliar o parque de monitoramento por imagens do Município.

Já para o serviço de monitoramento de alarmes as quantidades foram definidas com base nos pontos já existentes e na previsão de novos pontos a serem monitorados.

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Os sistemas de monitoramento através de alarme e câmeras são essenciais para garantir a proteção dos prédios, equipamentos e documentos de valor da Administração Municipal, evitando vandalismo, furtos e danos, o que se traduz em economia de recursos públicos, segurança e a possibilidade de aplicação desses recursos em ações e aquisições essenciais para continuidade dos serviços públicos.

Na iniciativa privada há diversas empresas que realizam comercialização e instalação deste tipo de sistema.

Em análise ao mercado, percebe-se que esta é uma solução bastante vantajosa para o problema encontrado, visto que a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento das peças e instalação/substituição dos equipamentos, sob demanda, garantiria funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de monitoramento de alarmes, por um preço semelhante ao dispendido por particulares que buscam o mesmo tipo de serviço.

Importante frisar o Município não possui servidores capacitados para atuarem como técnicos em sistema de alarme, visto que os serviços e os materiais sofrem constantes atualizações de tecnologia.

Já para o serviço de monitoramento podemos citar duas soluções, sendo elas:

1 – Aquisição dos equipamentos e prestação dos serviços por servidores públicos.



2- Contratação de empresa para a prestação do serviço de monitoramento de alarme.

VIABILIDADE DAS SOLUÇÕES:

Solução 01: o município precisaria adquirir os equipamentos necessários para fazer o monitoramento, adquirir veículos para atender os locais (quando ocorresse algum disparo de alarme), contratar e treinar servidores para executar essa função. Devido ao alto custo para se executar o serviço pelo município, entendemos que essa solução é inviável.

Solução 02: O serviço de vigilância eletrônica à distância com fornecimento de equipamentos em comodato de forma regular se mostra viável, pois existem empresas especializadas no mercado que fornecem um serviço de qualidade com mão de obra especializada e com custo acessível para administração.

Em tempo, visto o levantamento de mercado realizado, certifico que o objeto desta licitação se refere a atividade que permite à empresa o enquadramento no regime do Simples Nacional, tendo em vista não estar enquadrada nas vedações do art. 17 da Lei Complementar 123/06.

Ainda, durante a fase de estudos técnicos, concluímos que os produtos e serviços objeto da futura contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que podem ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

De acordo com os quantitativos requeridos e tendo em vista os valores pagos no Pregão Eletrônico 123/2023 e 069/2019, estima-se o valor máximo da contratação em R\$ 489.333,00 (Quatrocentos e oitenta e nove mil trezentos e trinta e três reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir que os sistemas de alarme e monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de peças e prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Para os lotes 01 e 02 haverá o parcelamento em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

Para o lote 03 não haverá cotas, pois trata-se de prestação de serviço.

Não somente no Município de Dois Vizinhos como em toda a região há diversas empresas aptas ao atendimento do objeto, e em sua grande maioria enquadradas como micro e pequenas empresas, portanto, a licitação levará em conta a exclusividade para participação de micro empresas e empresas de pequeno porte.



Embora a adjudicação seja feita por item para maior organização durante a disputa do certame o mesmo será dividido em três lotes distintos, sendo um destinado para os materiais, um para os serviços de instalação das câmeras e demais peças para o sistema de monitoramento e um terceiro lote para o serviço de monitoramento de alarmes.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento das peças e instalação/substituição dos equipamentos e do serviço de monitoramento de alarme, garantiria o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de monitoramento de alarmes. Espera-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade do funcionamento dos sistemas, visando a garantia do patrimônio público e da população em geral.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rudinei Curzel
Fiscal Técnico:	N/A
Suplentes:	Matheus Nogueira Ponte

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há outras contratações correlatas relacionadas a esse objeto.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.



13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento das peças e instalação/substituição dos equipamentos do sistema de alarme, bem como da contratação de empresa para fazer o monitoramento dos sistemas de alarme.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento dos produtos e serviços será por demanda, devido à natureza do objeto, conforme necessidade de substituição dos existentes ou implantação dos sistemas em novos locais.

Para o serviço de monitoramento de alarmes deverá ser executada de forma contínua e o pagamento será efetuado mensalmente, conforme o número de pontos monitorados.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico;

Critério de julgamento: menor preço;

Forma de Adjudicação: Por item;

Modo de disputa: Aberto.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A qualificação técnica exigida para este certame busca afastar licitantes que por falta de experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não há necessidade da aplicação de sigilo de preços.

Dois Vizinhos, 13 de janeiro de 2025.

Rudinei Curzel
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18321-1

Assinado por 4 pessoas: RUDINEI CURZEL, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, MATHEUS NOGUEIRA PONTE e DIONE LUIZ DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/0D90-CCD3-A7EA-1379> e informe o código 0D90-CCD3-A7EA-1379





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0D90-CCD3-A7EA-1379

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RUDINEI CURZEL (CPF 056.XXX.XXX-42) em 29/01/2025 14:10:28 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 29/01/2025 15:39:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MATHEUS NOGUEIRA PONTE (CPF 084.XXX.XXX-05) em 30/01/2025 15:38:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DIONE LUIZ DA SILVA (CPF 079.XXX.XXX-40) em 31/01/2025 08:31:45 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/0D90-CCD3-A7EA-1379>